

PARECER N° , DE 2007

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 490, de 2007, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Breves, Estado do Pará.*

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA
RELATOR “AD HOC”: Senador GIM ARGELLO

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 490, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Breves, Estado do Pará.*

O art. 1° do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município mencionado. O parágrafo único do artigo prevê que a criação, as características, os objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2° revoga o art. 1° da Lei n° 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1° da Lei n° 7.792, de 4 de julho de 1989, com redação dada pela Lei n° 7.993, de 1990. Esses dispositivos limitam o número de ZPEs que podem ser criadas. O art. 3° contém a cláusula de vigência.

O PLS 490/2007 foi inicialmente encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa. Posteriormente, a Presidência do Senado Federal, no intuito de unificar os despachos relativos aos projetos de lei que dispõem sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação, determinou, nos termos do art. 49, inciso I,

do Regimento Interno, que esses projetos também sejam encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

II – ANÁLISE

O PLS nº 490, de 2007, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Além disso, a proposta não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Congresso Nacional. O PLS também atende às normas para elaboração e alterações das leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

As Zonas de Processamento de Exportação são um importante instrumento para fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas do Brasil. O município de Breves e o Estado do Pará se enquadram nesse critério. Reduzir as diferenças regionais é de suma importância para o Brasil, sendo um preceito constitucional. As ZPEs podem contribuir para isso, já que os estados menos desenvolvidos que as abrigarem poderão contar com forte poder de atração de empresas devido às facilidades cambiais, tributárias e administrativas presentes nessas áreas aduaneiras especiais.

Breves, com cerca de oitenta e cinco mil habitantes, é o maior município no Marajó. A base da economia municipal é o extrativismo da madeira e do palmito. É de fundamental importância que sejam encontradas alternativas para dinamizar sua economia. Uma boa política seria a verticalização da produção, ou seja, a atração de empresas que pudessem industrializar as matérias-primas locais, o que geraria empregos e aumentaria a renda local. Uma ZPE em Breves contribuirá para que essa alternativa se torne realidade.

É necessário observar também que a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou o marco regulatório das Zonas de Processamento de Exportação, estabelece a concessão de prioridades para a criação de ZPE

localizada em área geográfica com fácil acesso ao mercado externo. Nesse sentido, é preciso avaliar as possibilidades de escoamento da produção de uma futura ZPE brevense.

O município de Breves conta com um porto e com cinco Terminais de Uso Privativo Misto, com contrato de adesão em vigor, cuja principal carga é a madeira. A edição da Lei nº 8.630, de 1993, tornou possível aos proprietários de terminais de uso privativo movimentar cargas de terceiros nas suas instalações, além da obrigatoriedade de cargas próprias, o que caracteriza a exploração na modalidade mista. Essa faculdade pode ser exercida após a autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que é formalizada mediante Termo de Autorização previsto no art. 44 da Lei nº 10.233, de 2001. A partir do Porto de Breves e dos Terminais de Uso Misto, há a facilidade de chegar ao Porto de Belém e de lá escoar a produção para os mercados externos. Não haveria, portanto, problemas para escoar a produção de uma futura ZPE brevense.

III – VOTO

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator